

LEI Nº 7.137, DE 22 DE OUTUBRO DE 1 992.

Dispõe sobre o Adicional de Pericu
losidade.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA APROVA E EU PROMULGO
A SEGUINTE LEI:

Art. 1º -

I -

II -

III -

IV -

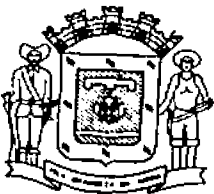
V -

VI - ocupante do cargo de Analista em Obras e Urba
nismo, na função de Engenharia de Tráfego, que desempenhe
as seguintes funções:

a) serviços relacionados com levantamento, demarca
ção e implantação de projetos de Engenharia e sinalização de
trânsito em leitos de vias públicas;

b) serviços relacionados ao manuseio, em campo, de
equipamentos elétricos e eletrônicos, implantação e manutenção
de redes de alimentação e comunicação semáforica, sujeitando-
se a sobretenções e descargas elétricas, especialmente em dias
chuvosos, além de exposições direta ao tráfego de veículos;

VII - ocupante de cargo relacionado ao manuseio em
campo de equipamentos elétricos e eletrônicos, e implantação e
manutenção de redes de alimentação e comunicação sema



- 2 -

fôrica, sujeitando-se a sobretenções e descargas elétricas, especialmente em dias chuvosos, além de exposições e descargas elétricas, especialmente em dias chuvosos, além de exposição direta ao tráfego de veículos.

Art. 2º -

Art. 3º -

Art. 4º -

Parágrafo único -

I-

II-

III-

IV-

V-


Art. 5º -

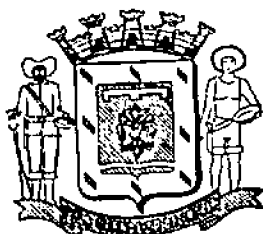
Art. 6º -

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos financeiros a partir do primeiro dia do mês subsequente ao de sua aprovação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos dezessete dias do mês de novembro de mil nove centos e noventa e dois (17.11.1992).


Pedro Batista
PRESIDENTE



PREFEITURA DE GOIÂNIA
ESTADO DE GOIÁS

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 7.137 , DE 22 DE OUTUBRO DE 1992.

"Dispõe sobre Adicional de Periculosidade".

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA APROVA E EU SAN-
CIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Será concedido ao servidor público do Município que exercer atividades consideradas perigosas, o adicional de periculosidade a que se referem os artigos 78 e 91, da Lei Complementar nº 11/92, à razão de 50% (cinquenta por cento) do vencimento do respectivo cargo de provimento efetivo, desde que:

I - ocupante de cargo de Artífice de Serviços e Obras Públicas, na função de "Serviços Especializados", desempenhe a atribuição de colocar e detonar cargas explosivas em pedreiras;

II - ocupante do cargo de Guarda Municipal, exerça a vigilância de edifícios públicos, praças, parques e jardins;

III - ocupante do cargo de Inspetor da Guarda Municipal, exerça as atividades de inspeção e supervisão das atividades operacionais e administrativas dos serviços de vigilância;

IV - ocupante do cargo de Artífice de Serviços e Obras Públicas, na função de "Sinalização de Trânsito";

V - ocupante do cargo de Assistente Técnico Profissional, na função de "Sinalização de Trânsito;

VI - V E T A D O.

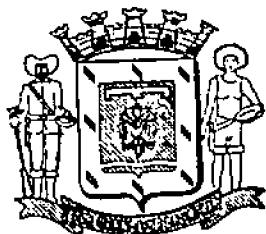
a) - V E T A D O.

b) - V E T A D O.

VII - V E T A D O.

Manoel Elson
Guilherme

L. S. *Santos*



PREFEITURA DE GOIÂNIA
ESTADO DE GOIÁS

(LEI Nº /92 - CONT..

2.

Art. 2º - O adicional referido no "caput" deste artigo é inacumulável com o adicional de insalubridade, conforme dispõe o § 2º, do artigo 91, da Lei Complementar nº 011/92.

Art. 3º - O prêmio especial por produção extra a que se refere o art. 21, da Lei nº 7.105, de 16 de julho de 1992, será concedido ao servidor fiscal em razão de sua produção extra, na forma do regulamento.

Art. 4º - Os prêmios terão valores graduados de 10 (dez) a 40 (quarenta) Unidades Padrão de Vencimento.

Parágrafo único - Os prêmios serão limitados aos seguintes quantitativos:

I - 25 (vinte e cinco) para a Fiscalização Tributária;

II - 40 (quarenta) para a Fiscalização de Posturas-Costumes, Localização e Funcionamento de Atividades Econômicas;

III - 20 (vinte) para a Fiscalização de Posturas-Edificações e Loteamentos;

IV - 6 (seis) para a Fiscalização de Posturas-Trânsito e Transporte Urbanos;

V - 6 (seis) para a Fiscalização de Saúde Pública.

Art. 5º - Decreto do Chefe do Poder Executivo estabelecerá, em regulamento, os critérios de concessão e as condições para que o servidor fiscal faça jus ao prêmio especial por produção extra.

Art. 6º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir os créditos adicionais necessários ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos financeiros a partir do primeiro dia do mês subsequente ao de sua aprovação.

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]



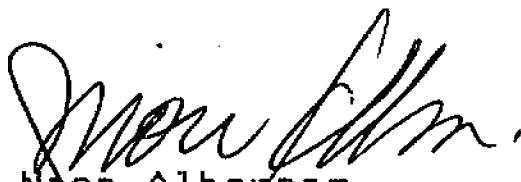
PREFEITURA DE GOIÂNIA
ESTADO DE GOIÁS

(LEI Nº 192 - CONT...)

3.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 22 dias do
mês de outubro de 1992.


Nion Albernaz
PREFEITO DE GOIÂNIA


Servito de Menezes Filho


Valdivino José de Oliveira


Jairo da Cunha Bastos

Álvaro Alves Júnior

Paulo Tadeu Bitencourt

Artur Rezende Filho

Violeta Miguel Ganan de Queiroz

Waldomiro Dall'Agnol

Olindina Olívia Correa Monteiro

José Guilherme Schwan

Cairo Alberto de Freitas

leiad.doc